

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Secretaria-Executiva

PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

2026-2029

Brasília – DF / 2026

INTERNO AO MINISTÉRIO

Plano Diretor de Logística Sustentável

Presidência da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Wellington César Lima e Silva

Secretaria-Executiva
Ademar Borges de Sousa Filho

Subsecretaria de Administração
Débora de Souza Januário

Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
Solange Berto de Medeiros

Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais
Bruno Crescenti de Paiva

Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
Alexandra Lacerda Ferreira Rios

Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia
Givaldo Medeiros da Silva

Elaboradores e Colaboradores
André Sousa de Sena
Ana Larissa Jansen L. Osório
Aline Rosa Roriz
Bruno Crescenti de Paiva
César Augusto da Costa Santos
Claudiana Pereira Batista
Cristiana de Oliveira Soares
Débora de Souza Januário
Fabiane Ewald Venturini
Giovana Gabriela Franzoni
Fenili Jonath de Andrade Oliveira
Paula Regina Montenegro Generino de Andrade
Stéfane Nascimento da Silva
Vera Lúcia di Silva

INTERNO AO MINISTÉRIO

Sumário

Apresentação 4
Finalidade 4
Objetivo 5
Abrangência 5
Período de validade e revisão do PLS-MJSP 6
Introdução 7
Diretrizes 9
Metodologia de elaboração 10
Fase de Preparação 11
Fase de elaboração 12
Fase de execução 13
Fase de avaliação 13
Diagnóstico 15
Plano de ações e metas por eixo temático 19
Implementação, monitoramento e avaliação 19
Conclusão 21
Referências 22
Anexo I – Contato 24
Anexo II – Eixos, objetivos, metas, ações, indicadores, responsáveis e sua contribuição aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) 25
Eixos 25
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 27
Objetivos, metas, ações, indicadores e responsáveis 31
Linha de Ação – ID 23 31
Linha de Ação – ID 24 31
Linha de Ação – ID 25 32
Linha de Ação – ID 26 32
Linha de Ação – ID 27 33
Linha de Ação – ID 28 33
Linha de Ação – ID 29 34
Linha de Ação – ID 30 34
Linha de Ação – ID 31 35
Linha de Ação – ID 32 35
Linha de Ação – ID 33 36
Linha de Ação – ID 34 37
Linha de Ação – ID 35 37
Linha de Ação – ID 36 38

INTERNO AO MINISTÉRIO

Apresentação

A institucionalização de práticas sustentáveis na Administração Pública Federal tem avançado significativamente nos últimos anos, impulsionada por marcos legais e normativos que buscam integrar critérios ambientais, sociais e de governança (ASG)[1] às rotinas administrativas. Nesse contexto, destaca-se a adoção do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) como instrumento de governança, planejamento e gestão responsável, em consonância com o modelo referencial elaborado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), formalizado no Caderno de Logística - Plano Diretor de Logística Sustentável, publicado em abril de 2024.

Alinhado a essas diretrizes, o Ministério da Justiça e Segurança Pública estruturou o seu Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS-MJSP), reafirmando o compromisso institucional com a eficiência administrativa, a transparência e a sustentabilidade na gestão pública.

Finalidade

O Plano de Logística Sustentável – PLS-MJSP tem como finalidade consolidar e aprimorar as práticas de sustentabilidade em curso no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como alinhar as ações institucionais aos princípios constitucionais e legais do desenvolvimento sustentável, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e das demais normas aplicáveis à matéria.

Para além do atendimento às exigências normativas, o plano adota os fundamentos do conceito ASG, orientando a atuação institucional para a racionalização do uso de recursos públicos, o aprimoramento da eficiência logística e a mitigação de impactos ambientais. Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o PLS-MJSP estrutura-se como instrumento estratégico de gestão, voltado ao fortalecimento de práticas sustentáveis e à indução de mudanças graduais na cultura organizacional, com

[1] ASG é a sigla para Ambiental, Social e Governança, derivada do termo inglês ESG (Environmental, Social and Governance). A expressão passou a ser utilizada a partir de 2004, no contexto de iniciativa do Pacto Global das Nações Unidas em parceria com o Banco Mundial, voltada à incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança nas decisões institucionais e de investimento. No eixo ambiental, avaliam-se os impactos das atividades sobre o meio ambiente e o uso racional de recursos naturais; no eixo social, consideram-se aspectos relacionados às pessoas, às relações de trabalho e à interação com a sociedade; e, no eixo governança, observam-se práticas de gestão, ética, transparência e responsabilização. A adoção de critérios ASG busca orientar a atuação organizacional com foco na sustentabilidade, na responsabilidade institucional e na visão de longo prazo.
SOUZA, Ronaldo. ASG: a nova dimensão da sustentabilidade financeira – ambiental, social e governança. 13 set. 2023. Disponível em : https://www.gov.br/investidor/pt-br/penso-logo-invisto/asg-a-nova-dimensao-da-sustentabilidade-financeira-ambiental-social-e-governanca, consulta em 14 jan. 2027.

vistas a uma atuação pública mais eficiente, responsável e orientada ao longo prazo.

Objetivo

O objetivo do PLS-MJSP é implementar ações planejadas que garantam a racionalização de recursos, a redução de desperdícios e a mitigação de impactos ambientais. Para isso, o plano estabelece indicadores, metas e prazos de execução, promovendo o monitoramento contínuo e a avaliação dos resultados alcançados, bem como o fortalecimento de uma governança pública inovadora e colaborativa, com estímulo à articulação entre as diversas unidades administrativas do MJSP. Trata-se de uma iniciativa voltada à construção de um modelo institucional de logística sustentável, que privilegie o equilíbrio entre eficiência operacional, responsabilidade socioambiental e economicidade.

Abrangência

O Plano de Logística Sustentável é um instrumento institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública (PLS-MJSP).

Considerando as especificidades organizacionais desta Pasta, a gestão administrativa e de contratações é descentralizada, o que influenciará a apresentação do PLS no mesmo formato.

A Secretaria-Executiva é a responsável pela gestão administrativa, orçamentária, estratégica e pela governança das contratações do Núcleo Central do MJSP, que abrange as seguintes unidades: Gabinete do Ministro – GM; Secretaria-Executiva – SE; Subsecretaria de Administração – SAA; Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO; Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – STI; Secretaria Nacional da Justiça – SENAJUS; Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON; Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD; Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos – SAL; Secretaria de Acesso à Justiça – SAJU; e Secretaria Nacional de Direitos Digitais – SEDIGI.

Neste primeiro ciclo, a implementação do PLS-MJSP concentrar-se-á, de forma estratégica, nas estruturas vinculadas à Secretaria-Executiva, em especial na Subsecretaria de Administração (SAA) e na Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), considerando a natureza transversal e estruturante das atividades por elas desempenhadas, diretamente relacionadas à logística sustentável.

A implementação inicial do plano abrange os prédios da Sede e dos Anexos I e II, localizados na Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF, alcançando a gestão de recursos materiais, energéticos, tecnológicos e humanos no âmbito

dessas unidades.

Considerando as especificidades organizacionais desta Pasta, as unidades que dispõem de estruturas administrativas e logísticas próprias, como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Secretaria Nacional de Políticas Penais, elaborarão seus respectivos Planos de Logística Sustentável. Esses instrumentos observarão as diretrizes gerais estabelecidas neste PLS-MJSP, assegurando o alinhamento institucional, a coerência metodológica e a convergência das práticas de sustentabilidade no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A delimitação adotada neste primeiro momento tem por finalidade a análise e o aprimoramento das práticas de gestão interna, com foco nos aspectos logísticos e operacionais, não abrangendo, neste ciclo, as políticas públicas formuladas e executadas pelas áreas finalísticas do Ministério, sem prejuízo de futura ampliação do escopo.

As ações previstas concentram-se em temas prioritários relacionados à eficiência energética, à gestão de resíduos sólidos, à promoção de compras sustentáveis, ao fomento à economia circular e ao uso racional dos espaços físicos e tecnológicos.

Ressalta-se que a concentração inicial das ações no âmbito da Secretaria-Executiva não limita o caráter institucional do PLS-MJSP. Ao contrário, essa estratégia visa estruturar, testar e consolidar práticas e modelos de gestão em logística sustentável, de modo a subsidiar, em ciclos posteriores, a expansão gradual e coordenada do plano para as demais unidades do Ministério, respeitadas suas especificidades organizacionais e operacionais, bem como os respectivos arranjos administrativos, em consonância com as diretrizes estabelecidas por esta Pasta e pelo órgão central do Sistema de Logística da Administração Pública Federal.

Período de validade e revisão do PLS-MJSP

O PLS-MJSP estabelece um ciclo de vigência de quatro anos, compreendendo o período de 2026 a 2029, com previsão de revisões periódicas destinadas a adequar o plano às eventuais mudanças tecnológicas, normativas e institucionais.

O Plano é coordenado pela Comissão Gestora do PLS-MJSP, instituída pela Portaria SAA/SE/MJSP nº 74, de 9 de novembro de 2021, alterada pela Portaria SAA/SE/MJSP nº 94, de 26 de agosto de 2022, composta por representantes das áreas técnicas responsáveis pelas principais ações de sustentabilidade da Pasta.

A Comissão desempenha papel estratégico na atualização de metas, no acompanhamento dos indicadores de desempenho e na proposição de ajustes que assegurem a eficácia, a eficiência e a continuidade das iniciativas previstas.

Introdução

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) integra a Administração Pública Federal direta, conforme a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, e o Decreto nº 12.780, de 18 de dezembro de 2025, que reorganizam e regulamentam sua estrutura. Nesse contexto, compete ao MJSP formular, coordenar e implementar políticas públicas nas áreas de justiça, segurança pública, combate à criminalidade, imigração, drogas, direitos humanos e cidadania.

Sua estrutura é composta por secretarias finalísticas, órgãos colegiados, entidades vinculadas e unidades administrativas, com destaque para a Subsecretaria de Administração (SAA) da Secretaria-Executiva da Pasta, responsável pela coordenação logística, gestão de recursos e promoção de práticas sustentáveis.

Nesse contexto institucional, o Plano Diretor de Logística Sustentável do MJSP (PLS-MJSP 2026–2029) configura-se como instrumento de apoio à gestão administrativa, voltado à incorporação de critérios de sustentabilidade nas atividades-meio do Ministério, especialmente no âmbito da Secretaria-Executiva. O plano articula diretrizes[2], metas e mecanismos de acompanhamento que contribuem para a racionalização de recursos, a eficiência operacional e a melhoria contínua dos processos administrativos, em consonância com o planejamento estratégico vigente da Pasta.

A integração do PLS-MJSP ao Mapa Estratégico do MJSP 2024–2027 evidencia-se, sobretudo, na perspectiva **Pessoas e Infraestrutura**, que concentra objetivos relacionados à gestão orçamentária e financeira, ao fortalecimento da governança interna e ao aprimoramento da infraestrutura tecnológica e administrativa, aspectos diretamente associados às ações de logística sustentável previstas no plano.[3]

[2] O PLS-MJSP observa as diretrizes estabelecidas na Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que dispõe sobre a elaboração e o monitoramento do Plano de Logística Sustentável no âmbito da Administração Pública Federal; no Caderno de Logística – Plano de Logística Sustentável, aprovado pela Portaria SEGES/MGI nº 5.376, de 7 de dezembro de 2023, que atualiza o modelo referencial para elaboração do PLS; bem como no Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública para o período de 2024 a 2027, que orienta a atuação institucional da Pasta.

[3] O Mapa Estratégico do MJSP 2024-2027 organiza seus objetivos estratégicos em três perspectivas: Sociedade e Governo, Foco de Atuação e Pessoas e Infraestrutura. As duas primeiras estão voltadas predominantemente à formulação e à entrega de políticas públicas finalísticas, como segurança pública e políticas sobre drogas, com impactos sociais e econômicos diretos, enquanto a perspectiva Pessoas e Infraestrutura concentra iniciativas de fortalecimento da capacidade institucional.



Figura 1: Mapa Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública

A atuação do Ministério da Justiça e Segurança Pública orienta-se pela missão de fortalecer o Estado Democrático de Direito, proteger os direitos fundamentais, consolidar uma segurança pública humanizada e ampliar o acesso à justiça. Nesse contexto, o PLS-MJSP contribui, no âmbito das atividades administrativas, para a concretização desses objetivos, ao direcionar a formulação e a execução de ações institucionais voltadas, entre outros aspectos, à valorização e ao bem-estar dos servidores, ao aprimoramento da governança e ao uso eficiente dos recursos orçamentários, financeiros e tecnológicos. Esses objetivos são sustentados por valores institucionais como ética, valorização das pessoas, defesa do interesse público, comprometimento e atuação colaborativa.

Com vistas à ampliação gradual de seu alcance, prevê-se a integração progressiva do plano às demais iniciativas institucionais do Ministério, de modo a fomentar sinergias entre a gestão logística e a agenda socioambiental. Nesta etapa inicial, entretanto, a implementação concentra-se nas ações conduzidas pela Subsecretaria de Administração e pela Secretaria-Executiva, como forma de estruturar bases consistentes para futuras ampliações.

Em paralelo, o PLS também se articula ao Programa de Integridade do MJSP, que fomenta uma cultura organizacional orientada pela ética, pelo respeito à diversidade, pela prevenção de condutas inadequadas e pela disseminação de boas práticas de gestão pública. Sob a ótica da sustentabilidade social, o programa reforça o compromisso com a equidade, a justiça e o bem-estar coletivo, contribuindo para a construção de ambientes institucionais mais seguros, inclusivos e colaborativos.

A seguir, apresentam-se as diretrizes que orientam a implementação do PLS-MJSP.

Diretrizes

As diretrizes estratégicas para o PLS-MJSP foram elaboradas com o objetivo de integrar, de forma sistêmica, práticas de sustentabilidade às atividades de contratação pública, gestão de recursos e logística no âmbito ministerial. Essas diretrizes orientam a implementação das ações do plano em consonância com os objetivos institucionais, contribuindo para o alinhamento com o Planejamento Estratégico 2024–2027, o Plano Plurianual (PPA) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU).

ID	Diretrizes	Fundamento jurídico
1	Implementar gradualmente o PLS, por etapas, começando pela SAA como unidade piloto e expandindo progressivamente para as demais Secretarias do MJSP.	Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, art. 7º a 9º – elaboração, implementação, monitoramento e vinculação do PLS ao planejamento estratégico e ao PPA; Caderno de Elaboração do Plano de Logística Sustentável (SEGES/ME, 2021) – Parte II – Referencial Metodológico: Fases de Preparação, Elaboração, Execução e Avaliação.
2	Fortalecer a governança interna para a execução do PLS, com foco em gestão descentralizada, e a participação das unidades responsáveis pelas ações e monitoramento progressivo das metas.	Decreto nº 9.203/2017, arts. 3º e 4º - Governança Pública; Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, art. 8º e 9º - Gestão descentralizada.
3	Estimular o desenvolvimento de ações de sensibilização, capacitação e comunicação interna, visando ampliar o engajamento dos servidores nas iniciativas de sustentabilidade.	Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, art. 5º, Inciso I - Alinha a governança ao desenvolvimento nacional sustentável em consonância com a EFD - Estratégia Federal de Desenvolvimento 2020-2031 e art. 8º, Inciso III, alínea "f" - o PLS deve conter ações de divulgação, conscientização e capacitação acerca da logística sustentável.
4	Integrar os instrumentos de planejamento da SAA (como PCA, ETPs e planejamento de contratações) às diretrizes e metas do PLS, fortalecendo a transversalidade das ações sustentáveis.	Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, art. 5º, IV - estabelece o alinhamento das contratações públicas aos planejamentos estratégicos e às leis orçamentárias; art. 8º, §1º - determina que o PLS norteará a elaboração do Plano de Contratações Anual, dos Estudos Técnicos Preliminares e dos Termos de Referência; e no art. 9º -vincula o PLS ao Planejamento Estratégico e ao Plano Plurianual - PPA;
5	Promover ações para redução do consumo de recursos (papel, água, energia, etc), com base em campanhas educativas, revisões de	Lei nº 14.133/2021, arts. 5º, 11, 18 e 34 – critérios de sustentabilidade em contratações; EFD 2020-2031.

	contratos e ajustes operacionais.	
6	Adotar soluções tecnológicas (como o uso de plataformas digitais e ferramentas de monitoramento) para mensurar o desempenho ambiental e econômico das ações do PLS na SAA.	Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, art. 5º, Inciso VII - uso de Tecnologia e Governo Digital; art. 8º, V e § 2º - Metodologia de monitoramento de resultados; e art. 20, inciso I – acompanhamento de resultados pela alta administração.
7	Incentivar a adoção de critérios de sustentabilidade nas compras públicas, com ênfase em materiais sustentáveis, produtos reciclados e serviços ambientalmente responsáveis, e com logística reversa.	Lei nº 14.133/2021 - arts. 5º, 11 e 26; Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.
8	Valorizar ações que promovam inclusão social, como a reserva de oportunidades para públicos vulneráveis e a contratação de cooperativas de catadores, dentre outras.	Lei nº 14.133/2021, arts. 25 e 62; Decreto nº 11.430/2023; Decreto nº 10.936/2022 - Programa Coleta Seletiva Cidadã.
9	Estruturar um sistema de gestão de indicadores de sustentabilidade, com base nos dados repassados à SAA, como base para futura consolidação em um sistema único no âmbito do MJSP.	Decreto nº 9.203/2017 - Gestão por Resultados; Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, art. 9º - Monitoramento.

Tabela 1: Diretrizes do PLS-MJSP

As diretrizes estratégicas do PLS-MJSP foram estruturadas com base nos seis eixos temáticos sugeridos no Caderno de Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável, os quais contemplam dimensões fundamentais da logística sustentável:

- Eixo 1 - Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços
- Eixo 2 - Racionalização da ocupação dos espaços físicos
- Eixo 3 - Identificação dos objetos de menor impacto ambiental
- Eixo 4 – Fomento à inovação no mercado
- Eixo 5 - Inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas
- Eixo 6 - Divulgação, conscientização e capacitação acerca da logística sustentável

No âmbito do MJSP, tais eixos foram traduzidos em ações concretas e articuladas, conforme detalhado no Plano de Ações.

Metodologia de elaboração

O desenvolvimento do PLS-MJSP seguiu as etapas recomendadas no Caderno de Logística do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - MGI, que sugere um processo composto de 4 fases: (1) **preparação**, (2) **elaboração** (3) **execução** e (4) **avaliação**.



Figura 2: Fases do PLS-MJSP

Cumpre esclarecer que, no âmbito da Secretaria-Executiva, diversas ações relacionadas à sustentabilidade já se encontram em desenvolvimento, incluindo iniciativas concluídas, em andamento e em fase de planejamento. Considerando esse contexto, a metodologia adotada para a elaboração do PLS-MJSP optou por consolidar, em um único instrumento, o conjunto dessas ações, independentemente de seu estágio de execução, com o objetivo de oferecer um panorama abrangente e integrado das práticas de sustentabilidade existentes no Ministério. Tal abordagem permite conferir maior coerência ao planejamento, facilitar o acompanhamento das iniciativas e orientar a tomada de decisões nos ciclos subsequentes de implementação do plano.

Fase de Preparação

A fase de preparação caracterizou-se pela mobilização dos atores responsáveis pelo planejamento, pela elaboração e pela execução do plano, abrangendo as etapas de formalização da equipe responsável, definição das diretrizes e estabelecimento do cronograma de trabalho.

No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a governança do PLS-MJSP é exercida pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS) instituída pela Portaria SAA/SE/MJSP nº 74, de 9 de novembro de 2021, modificada pela Portaria SAA/SE/MJSP nº 94, de 26 de agosto de 2022, denominada. Compete a essa Comissão assessorar e organizar os trabalhos relacionados ao PLS, elaborar e executar o plano de trabalho, garantir a articulação entre as unidades envolvidas e conferir publicidade e transparência às atividades. Cabe-lhe, ainda, elaborar relatórios de desempenho, informar periodicamente ao Subsecretário de Administração sobre o andamento das atividades, dificuldades encontradas e necessidades de apoio institucional, bem como adotar as deliberações necessárias à elaboração do Plano.

Nesse processo, conforme explicitado em tópico anterior, a Subsecretaria de Administração foi definida como unidade piloto para a implantação inicial do PLS-MJSP, em consonância com o art. 5º da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que orienta a governança das contratações públicas com ênfase no desenvolvimento sustentável, no alinhamento ao planejamento institucional, na transparência e na padronização de procedimentos. Essa opção metodológica possibilita a realização de ajustes progressivos, respeitadas as capacidades institucionais, com previsão de expansão gradual do plano para as demais Secretarias.

Para assegurar a efetividade da execução, o PLS-MJSP adota diretriz de fortalecimento da governança interna, por meio de gestão descentralizada, com participação das unidades responsáveis e foco no monitoramento contínuo das metas, em conformidade com o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 e com os arts. 8º e 9º da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021.

O cronograma de implementação foi definido em consonância com o encerramento do ciclo do Planejamento Estratégico Institucional vigente, previsto para dezembro de 2027.

Fase de elaboração

A fase de elaboração caracterizou-se pela sistematização dos objetivos de sustentabilidade e pela identificação das ações já desenvolvidas ou em curso no âmbito do Ministério, abrangendo as etapas de investigação, proposição e validação final.

A primeira etapa, de investigação, teve como principal entrega o diagnóstico da situação atual da logística do órgão, com a identificação das características das compras públicas realizadas quanto às práticas de sustentabilidade adotadas, o qual é apresentado em seção específica deste documento.

Nessa etapa, a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, em conjunto com as diversas áreas do Ministério, realizou análise de caráter histórico e institucional, investigando, registrando e correlacionando informações pretéritas e atuais, com vistas à consolidação dos dados levantados e à definição de estratégias adequadas para a concepção de um plano que se mostrasse, simultaneamente, eficaz sob a perspectiva da sustentabilidade e exequível do ponto de vista técnico-operacional.

Com base nos dados consolidados, foram identificadas ações sustentáveis já implementadas, tais como a racionalização do uso de recursos naturais e a adoção de critérios ambientais em contratações públicas. Esses elementos subsidiaram a fase de proposição**,** na qual foram definidos os objetivos, as metas, os indicadores e estratégias do plano, organizados pelos eixos temáticos adotados, a exemplo da racionalização do consumo, da ocupação de espaços físicos e estímulo à inovação no mercado. Nessa etapa, também foram estruturadas as ações correspondentes, com a definição de indicadores de desempenho, avaliação de riscos e estimativa de alocação de recursos.

Na terceira etapa, de validação final, a proposta elaborada pela equipe responsável pelo PLS foi validada pelas unidades executoras do plano e, posteriormente, submetida à apreciação da autoridade competente, a Secretaria-Executiva.

Fase de execução

A fase de execução compreende a implementação das ações planejadas, acompanhada de um contínuo monitoramento para correção de eventuais desvios. As ações de execução do PLS-MJSP serão estruturadas, monitoradas e revisadas em conjunto com a Comissão Gestora e as áreas técnicas envolvidas, assegurando uma abordagem colaborativa e integrada.

O acompanhamento da execução é realizado por meio da coleta de dados oriundos de pesquisas de satisfação, no caso das atividades voltadas aos servidores, ou por meio de planilhas, bancos de dados e sistemas específicos, nos demais casos. Esse processo contribui para que as atividades sejam monitoradas e permaneçam alinhadas às métricas e aos indicadores estabelecidos.

A consolidação periódica dos dados e a estruturação contínua dos registros serão realizadas por meio de um painel de monitoramento das ações sustentáveis, que proporciona visão global do progresso em relação às metas estabelecidas. O painel registra os resultados alcançados e permite o acompanhamento comparativo das ações, viabilizando a identificação de tendências e pontos críticos que demandem atenção prioritária por parte da equipe técnica e da alta gestão, subsidiando, assim, a etapa subsequente de avaliação do plano.

Fase de avaliação

A fase de avaliação caracteriza-se pelo acompanhamento contínuo e sistemático da execução do PLS-MJSP, com vistas à análise do desempenho das ações implementadas e à verificação do alcance das metas estabelecidas. A consolidação de informações ocorre por meio de um painel eletrônico de gestão, que permite o monitoramento permanente das ações sustentáveis, a identificação de desvios e riscos e o subsídio à adoção de medidas corretivas ou preventivas, contribuindo para a efetividade do plano.

A avaliação será conduzida pela equipe técnica e pela Comissão Gestora, com ênfase na melhoria contínua e no alinhamento aos objetivos institucionais de sustentabilidade. Os relatórios decorrentes desse processo observarão os parâmetros estabelecidos no art. 16 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, que dispõe sobre critérios de desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas.

Descrição da atividade	Responsável	Evidência
Mapeamento das ações sustentáveis	Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável - CGPLS	Nota Técnica 3 (24057955). Processo nº 08084.007141/2022-04
Diagnóstico de iniciativas sustentáveis	Equipe técnica do PLS	Intranet – Diagnóstico (SharePoint)

Tabela 2: Monitoramento processual do PLS-MJSP.

Diagnóstico

No curso da elaboração do PLS-MJSP, foram identificadas iniciativas de sustentabilidade já em curso no âmbito desta Pasta. Essas iniciativas foram mapeadas junto às áreas técnicas competentes, responsáveis pela proposição dos respectivos planos de ação voltados ao alcance dos objetivos definidos, conforme a estratégia institucional do Ministério. Entre as práticas identificadas, destacam-se a digitalização de processos, a adoção de serviços de impressão por meio de outsourcing de impressão, a gestão de resíduos e a utilização de tecnologias com menor impacto ambiental.

Nesse sentido, realizou-se uma análise histórica das práticas de compras e contratações do Ministério, com base em dados quantitativos e qualitativos. A coleta de informações teve por finalidade compreender os objetos adquiridos, os períodos de realização, os valores envolvidos e as modalidades adotadas, bem como examinar o perfil dos contratos e a incorporação de práticas de sustentabilidade. Essa investigação possibilitou o mapeamento dos impactos socioambientais e econômicos das compras públicas realizadas, oferecendo subsídios para uma análise crítica dos desafios existentes e das oportunidades de aprimoramento.

Dentre as ações identificadas, foram destacadas aquelas já concluídas ou em execução consideradas mais relevantes e complexas, em razão de seu potencial de continuidade e de ampliação de resultados, conforme apresentado na tabela a seguir:

ID	Ação identificada	Descrição
1	**Utilização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI**	Utilização do sistema digital cuja implementação minimiza consideravelmente o uso de papel.
2	**Implementação de Outsourcing de Impressão**	Modernização do parque de impressão e incentivo à diminuição do uso de papel nas rotinas de trabalho.
3	**Reciclagem de Papel**	Lixeiras exclusivas para papel ao lado das impressoras para facilitar a reciclagem.
4	**Resíduos Sólidos: Coleta especializada**	Coleta e gerenciamento especializado de resíduos sólidos.
5	**Descarte de Materiais de forma socio-ambiental responsável**	Descarte de materiais inservíveis através de cooperativas de reciclagem.
6	**Descarte adequado de resíduos infectantes**	Inclusão de normas para descarte correto de resíduos perfluorocarbonetos e infectantes, conforme a Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005.
7	**Implementação de Recipientes Reutilizáveis (copos e garrafas)**	Promoção do uso de recipientes reutilizáveis no lugar de copos descartáveis, contribuindo para a redução de resíduos plásticos.

8	**Bicicletário (fomento ao transporte sustentável)**	Instalação de bicicletário no Palácio da Justiça para promover a mobilidade urbana e a redução de carbono e poluição.
9	**Temporizadores para Economia de água**	Uso de temporizadores nas torneiras para economia e otimização do consumo de água.
10	**Campanha "Se Liga e Desliga"**	Campanha de conscientização para que os servidores e colaboradores apaguem as luzes das salas e desliguem monitores com a finalidade de economia de energia das edificações.
11	**Sensores de Movimento**	Instalação de sensores nas escadas para economia de energia ao detectar movimento.
12	**Iluminação LED**	Substituição de lâmpadas tradicionais por LED para melhorar a eficiência energética.
13	**Ar-condicionado Split**	Troca dos aparelhos de ar-condicionado de janela por modelos Split mais novos e mais eficientes energeticamente.
14	**Limpeza de Filtros (ar-condicionado)**	Atualização do contrato de manutenção de aparelhos de ar condicionado, destacando a troca constante dos filtros melhorando a qualidade do ar e a redução do consumo de energia.
15	**Projeto Esplanada Sustentável**	Adesão ao projeto de sustentabilidade mais amplo, no âmbito da Esplanada dos Ministérios.
16	**Responsabilidade Social: Conservação de acervos**	Promoção da responsabilidade social por meio da higienização e pequenos reparos de obras raras da biblioteca do Ministério, por da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.
17	**Projeto Qualidade de Vida, denominado Movimenta MJSP: Jiu-Jitsu, Meditação dança e Muay Thai**	Promoção de ações voltadas à qualidade de vida dos servidores e colaboradores, com atividades físicas e de promoção à saúde mental, como aulas de Jiu-Jitsu, outras lutas, dança, meditação, teatro, etc.
18	**Projeto Papo de Mulher**	Projeto voltado a reunir e dar voz as servidoras e colaboradoras mulheres do MJSP. Acontece uma vez por mês.
19	**Projeto Biblioteca Compartilhada**	Espaço destinado a troca de livros doados pelos próprios servidores, a fim de incentivar a leitura, a interação e convívio social.
20	**Projeto Natal Solidário**	Projeto desenvolvido em 2024 para que os servidores possam praticar a responsabilidade social. O projeto objetiva beneficiar crianças ligadas as coopertativas de catadores que atuam no MJSP com a Coleta Seletiva.
21	**Projeto Engraxate Nacional**	Projeto voltado a apoiar a profissão de engraxate, a capacitação de profissionais ligados a comunidades de baixa renda, fomentando a responsabilidade social e a qualidade de vida dos servidores e colaborados do MJSP.

22	**Criação de espaço de Coworking 360º no MJSP**	Implantação de espaço colaborativo e multifuncional destinado ao estímulo ao trabalho remoto e híbrido, à otimização da ocupação dos espaços físicos e à redução do uso de recursos materiais, promovendo maior produtividade, integração entre equipes e práticas institucionais sustentáveis.

Tabela 3: Principais ações identificadas no PLS-MJSP

A **figura 3,** abaixo, sintetiza as principais ações sustentáveis já adotadas pelo MJSP, identificadas pela Comissão Gestora.

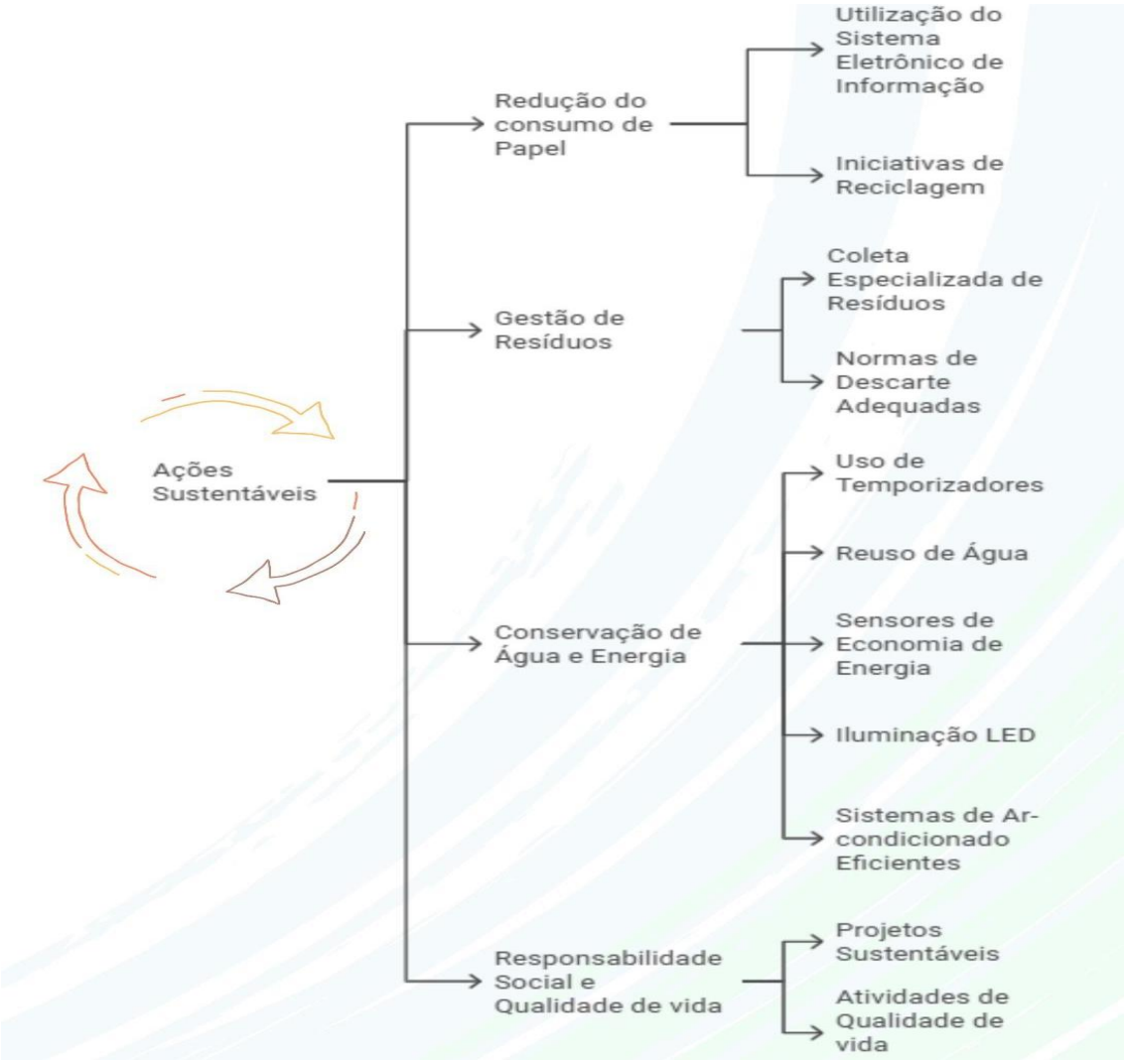

Figura 3: Principais ações sustentáveis identificadas

A partir desse diagnóstico, foram estruturadas as seguintes ações prioritárias:

ID	Ação Proposta	Descrição
23	**Implementar monitoramento do consumo de energia**	Implementar ferramenta para monitoramento de energia elétrica nas unidades do MJSP
24	**Implementar monitoramento do consumo de água**	Implementar ferramenta para monitoramento contínuo do consumo de água nas unidades do MJSP

25	**Promover Campanha de Conscientização sobre a Sustentabilidade**	Promover Campanha Anual de Conscientização sobre a Sustentabilidade contemplando 6 ações
26	**Promover evento de Capacitação sobre Sustentabilidade (Meio Ambiente ou Consumo Consciente)**	Promover Evento de Capacitação sobre o Meio Ambiente (05/06) ou sobre o Consumo Consciente (15/10) anualmente
27	**Reduzir o consumo de papel no MJSP**	Reduzir em 2% o consumo de papel no MJSP por ano até 2027
28	**Restaurar os Jardins de Burle Marx do Palácio da Justiça**	Licitar e Executar Projeto de Restauração e Obras dos Jardins de Burle Marx do Palácio da Justiça e implementar rotinas de manutenção sustentáveis
29	**Promover campanhas de conscientização para utilização de transportes sustentáveis**	Promover campanhas de conscientização sobre a utilização do MobGov e o Bicicletário (Transporte Sustentável) pelos servidores
30	**Fomentar compras compartilhadas e aumentar em 5% ao ano**	Fomentar compras compartilhadas e aumentar a quantidade de processos compartilhados entre as unidades licitantes do MJSP em 5% por ano até 2027
31	**Reduzir a quantidade de impressões no MJSP em 2% ao ano**	Monitorar impressoras, promover digitalização e contratar equipamentos com foco em economia
32	**Implementar coleta seletiva nas unidades do MJSP**	Implementar coleta seletiva nas unidades do MJSP com campanhas de conscientização e monitoramento
33	**Monitorar a implementação de cláusulas sociais nas contratações do MJSP**	Implementar Painel de Monitoramento de cláusulas sociais nas contratações de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra do MJSP
34	**Implementar o Plano de Ação de Acessibilidade do MJSP**	Implementar 80% do Plano de Ação de Acessibilidade do MJSP até 2027
35	**Promover teletrabalho**	Promover teletrabalho como estratégia sustentável
36	**Modernização do sistema de climatização central do Palácio da Justiça**	Instalação de dois novos equipamentos do tipo chiller a água, solução indicada para edificações de grande porte, com maior eficiência energética. A tecnologia utiliza água como meio de dissipação de calor, cuja capacidade térmica é superior à do ar, contribuindo para um melhor conforto térmico dos usuários e redução do consumo energético global do sistema, observadas as medidas de controle e uso racional de recursos hídricos.

Tabela 4: Principais ações projetadas para o PLS-MJSP

Assim, o PLS-MJSP consolida um conjunto de boas práticas e de novas ações voltadas à promoção da sustentabilidade em diferentes dimensões, organizadas em quatro categorias principais: (1) redução do consumo de papel, (2) gestão de resíduos, (3) conservação de água e energia, e (4) responsabilidade social e

qualidade de vida.

Na categoria de **responsabilidade social e qualidade de vida**, o MJSP desenvolve iniciativas voltadas à promoção do bem-estar dos servidores e colaboradores, por meio de ações que estimulam a saúde física e mental, a convivência institucional e a melhoria do ambiente de trabalho. Entre essas iniciativas, destacam-se a disponibilização de acesso à plataforma Wellhub, voltada à prática de atividades físicas e ao bem-estar, a oferta de aulas realizadas nas dependências do Ministério, como jiu-jitsu, dança e meditação, bem como a criação de espaços e projetos de convivência e apoio aos servidores, a exemplo do Espaço do Servidor, da Biblioteca Compartilhada e do Projeto Papo de Mulher.

Plano de ações e metas por eixo temático

Os objetivos, metas, indicadores e responsáveis do PLS-MJSP estão consolidados no Anexo II desta publicação.

Implementação, monitoramento e avaliação

A implementação do PLS-MJSP 2026–2029 será realizada pelas unidades do MJSP indicadas no Plano de Ações e Metas, constante do Anexo II – Eixos, objetivos, metas, ações, indicadores, responsáveis e sua contribuição aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS). As demais unidades do Ministério atuarão no que couber, de acordo com suas atribuições institucionais.

As ações previstas serão operacionalizadas de forma descentralizada, sob responsabilidade direta das áreas designadas, adotando-se modelo colaborativo e transversal.

O monitoramento das ações será realizado por meio de plataformas digitais, nas quais cada unidade responsável deverá registrar os dados relativos à execução das ações sob sua responsabilidade, em formato padronizado e conforme o cronograma estabelecido.

Ressalte-se que a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS) atuou na elaboração e na sistematização do PLS-MJSP, bem como na organização das informações necessárias à sua estruturação. Para a fase de execução, monitoramento e avaliação do Plano, suas competências serão ampliadas, de modo a contemplar, entre outras atribuições, a consolidação e a análise das informações, bem como a elaboração dos relatórios periódicos de

monitoramento e de avaliação de desempenho.

O modelo de monitoramento adotado permitirá o acompanhamento periódico da execução do Plano, viabilizando a identificação de desvios, a adoção de medidas corretivas e, quando necessário, o replanejamento das ações.

As informações consolidadas sobre os resultados alcançados e os padrões de consumo observados, inclusive os dados relativos à coleta de resíduos sólidos e recicláveis, serão disponibilizadas para consulta pública em página específica destinada ao acompanhamento do PLS-MJSP.

Ciclos de Monitoramento e Avaliação do PLS-MJSP 2026-2029

Relatório de Avaliação	Ciclos de Monitoramento Quadrimestral	Previsão de Entrega
Parcial - 2026	1º ciclo: Dezembro de 2026	Janeiro de 2027
Parcial - 2027	2º ciclo: Junho de 2027	Julhode 2027
	3º ciclo: Dezembro de 2027	Janeiro de 2028
Parcial - 2028	4º ciclo: Junho de 2028	Julho de 2028
	5º ciclo: Dezembro de 2028	Janeiro de 2029
Final - 2028	Final: Junho de 2029	Julho de 2029

Tabela 5: Monitoramento e controle do PLS-MJSP

Ao final de cada ano civil de vigência, a CGPLS elaborará um **Relatório de Avaliação de Desempenho**, contendo a análise dos avanços obtidos, os desafios enfrentados, as lições aprendidas e, quando cabível, propostas de revisão de metas e ações.

O relatório final será elaborado em janeiro de 2029 e consolidará os resultados da execução do PLS-MJSP 2025–2028, servindo de base para a elaboração do próximo Plano Diretor de Logística Sustentável.

Após aprovação pela autoridade competente, os relatórios serão publicados no sítio institucional do MJSP, garantindo transparência, controle social e *accountability*.

Conclusão

O Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Justiça e Segurança Pública consolida uma orientação institucional voltada à incorporação progressiva da sustentabilidade nas atividades administrativas, em conformidade com os princípios constitucionais da eficiência, da economicidade e da responsabilidade socioambiental. Ao reunir diretrizes, ações, indicadores e instrumentos de monitoramento, o PLS-MJSP organiza práticas já existentes e estabelece parâmetros claros para o aprimoramento da gestão logística no âmbito do Ministério.

A experiência acumulada durante a elaboração e a implementação inicial do plano demonstrou que a sustentabilidade institucional vai além do mero atendimento a exigências normativas. Ela exige planejamento consistente, definição de responsabilidades e articulação efetiva entre as unidades administrativas. Nesse sentido, o PLS-MJSP oferece um referencial comum para a condução das ações, favorecendo maior coerência, transparência e racionalidade na tomada de decisões.

O contexto atual, marcado pelo debate climático e pela intensificação das agendas internacionais voltadas ao desenvolvimento sustentável, confere especial relevância a iniciativas dessa natureza. A realização da COP30 no Brasil em 2025 reforça a necessidade de que os órgãos públicos traduzam compromissos globais em práticas administrativas concretas, compatíveis com suas atribuições institucionais e com a realidade operacional. O PLS-MJSP insere-se nessa perspectiva ao tratar a sustentabilidade como dimensão permanente da gestão pública.

Por fim, ressalte-se que o presente plano é um documento dinâmico. Ao prever mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão periódica, estabelece condições para o aperfeiçoamento contínuo das práticas de logística sustentável no MJSP e para a ampliação dessas iniciativas nos ciclos subsequentes. Trata-se, assim, de um instrumento de governança administrativa que contribui para uma atuação estatal mais eficiente, transparente e alinhada aos desafios contemporâneos.

Referências

BANCO MUNDIAL. Who Cares Wins: Connecting Financial Markets to a Changing World. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/444801491483640669/pdf/113850-BRI- IFC-Breif-whocares-PUBLIC.pdf. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 79 ed. Brasília: AGU, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-lanca-nova-edicao-de-guia-para-contratacoes-sustentaveis-na-administracao-publica-federal. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Plataforma Corporativa do CNJ. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2025. Disponível em: https://corporativo.cnj.jus.br/. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jun. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm. Acesso em: 3 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Portaria SEGES/MGI nº 5.376, de 14 de setembro de 2023. Institui o modelo de referência do Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS. Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/compras/portaria-seges-mgi-5376-de-2023. Acesso em: 3 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. BRASIL. Secretaria de Gestão e Inovação. Plano diretor de logística sustentável. Brasília: Diretoria de Normas e Sistemas/SEGES/MGI, 2024. https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/logistica- publica-sustentavel/plano-de-gestao-de-logistica-sustentaveis/plano-diretor-logistica- sustentavel-ver1.pdf. Acesso em 31 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria nº 405, de 20 de novembro de 2020. Institui os mecanismos de governança e determina as diretrizes e procedimentos para o planejamento e o gerenciamento de contratações públicas de bens, serviços, obras, soluções de tecnologia da informação e comunicação, e para o compartilhamento e centralização de contratações no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 nov. 2020. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/handle/1/2300. Acesso em: 3 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria SAA nº 74, de 9 de novembro

de 2021. Institui a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável. Diário Oficial da União, 2021. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/handle/1/5774. Acesso em: 3 jun. 2024.

BRASIL. COP30 Brasil. Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2025. Disponível em: https://cop30.br/pt-br. Acesso em: 14 jan. 2026.

ONU. Causas e efeitos das mudanças climáticas. Nações Unidas. Disponível em: https://www.un.org/pt/climatechange/science/causes-effects-climate-change Acesso em: 31 out. 2024.

ONU BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs . Acesso em: 27 out. 2024.

Anexo I - Contato

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS)

Esplanada dos Ministérios, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Anexo II, Sala 631, Brasília, DF (61) 2025 3040

cgds@mj.gov.br

Agradecemos a todos que colaboraram para o desenvolvimento do PLS-MJSP.

Anexo II - Eixos, objetivos, metas, ações, indicadores, responsáveis e sua contribuição aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS)

Eixos

Eixo 1: Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços

ID 1: Utilização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI

ID 2: Implementação de Outsourcing de Impressão

ID 3: Reciclagem de Papel

ID 4: Coleta especializada (contratação da Coleta de resíduos)

ID 5: Descarte de Materiais de forma socio-ambiental responsável

ID 6: Descarte adequado de resíduos infectantes

ID 7: Implementação de Recipientes Reutilizáveis (copos e garrafas)

ID 8: Bicicletário e Mob Gov (fomento ao transporte sustentável)

ID 15: Adesão ao Projeto Esplanada Sustentável

ID 23: Implementar monitoramento do consumo de energia

ID 24: Implementar monitoramento do consumo de água

ID 27: Reduzir o consumo de papel no MJSP

ID 31: Reduzir a quantidade de impressões no MJSP em 2% ao ano

ID 32: Implementar coleta seletiva nas unidades do MJSP

Eixo 2: Racionalização da ocupação dos espaços físicos (Espaços físicos sustentáveis)

ID 9: Temporizadores para economia de água

ID 11: Sensores de Movimento para iluminação

ID 12: Substituição para Iluminação de LED

ID 13: Instalação de aparelhos de Ar-condicionado Split mais novos

ID 14: Limpeza de Filtros (ar- condicionado)

ID 22: Criação de espaço de Coworking 360º no MJSP

ID 28: Restaurar os Jardins de Burle Marx do Palácio da Justiça

ID 34: Implementar o Plano de Ação de Acessibilidade do MJSP

ID 35: Promover o teletrabalho no MJSP

ID 36: Modernização do sistema de climatização central do Palácio da Justiça

Eixo 3: Identificação dos objetos de menor impacto ambiental

Eixo 4: Fomento à inovação no mercado

ID 8: Bicicletário e Mob Gov (fomento ao transporte sustentável)

Eixo 5: Inclusão de negócios de impacto nas contratações públicas

ID 16: Responsabilidade Social: Conservação de acervos da Biblioteca pela APAE;

ID 30: Fomentar compras compartilhadas e aumentar em 5% ao ano

ID 33: Monitorar a implementação de cláusulas sociais nas contratações do MJSP

Eixo 6: Divulgação, Conscientização e Capacitação

ID 10: Campanha “Se Liga e Desliga”

ID 17: Projeto Qualidade de Vida - Movimenta MJSP: Jiu-Jitsu, Meditação dança e Muay Thai

ID 18: Projeto Papo de Mulher

ID 19: Projeto Biblioteca Compartilhada

ID 20: Projeto Natal Solidário

ID 21: Projeto Engraxate Nacional

ID 25: Promover Campanha de Conscientização sobre a Sustentabilidade

ID 26: Promover evento de Capacitação sobre Sustentabilidade (Meio Ambiente ou Consumo Consciente)

ID 29: Promover campanhas de conscientização para utilização de transportes sustentáveis

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os ODS são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.



um

Figura 4: Tabela dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Abaixo, demonstramos as Ações do PLS-MJSP, alinhadas aos ODS:

ID	Ação Proposta	Descrição	ODS
1	**Utilização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI**	Utilização do sistema digital cuja implementação minimiza consideravelmente o uso de papel.	ODS 9
2	**Implementação de Outsourcing de Impressão**	Modernização do parque de impressão e incentivo à diminuição do uso de papel nas rotinas de trabalho.	ODS 9; 12
3	**Reciclagem de Papel**	Lixeiras exclusivas para papel ao lado das impressoras para facilitar a reciclagem.	ODS 12
4	**Resíduos Sólidos: Coleta especializada**	Coleta e gerenciamento especializado de resíduos sólidos - (contratação da Coleta de resíduos)	ODS 12
5	**Descarte de Materiais de forma socio-ambiental responsável**	Descarte de materiais inservíveis através de cooperativas de reciclagem.	ODS 4, 12
6	**Descarte adequado de resíduos infectantes**	Inclusão de normas para descarte correto de resíduos perfluorocarbonetos e infectantes, conforme a Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005.	ODS 12
7	**Implementação de Recipientes Reutilizáveis (copos e garrafas)**	Promoção do uso de recipientes reutilizáveis no lugar de copos descartáveis, contribuindo para a redução de resíduos plásticos.	ODS 12
8	**Bicicletário (fomento ao transporte sustentável)**	Instalação de bicicletário no Palácio da	ODS 7

		Justiça para promover a mobilidade urbana e a redução de carbono e poluição.	
9	**Temporizadores para Economia de água**	Uso de temporizadores nas torneiras para economia e otimização do consumo de água.	ODS 12
10	**Campanha "Se Liga e Desliga"**	Campanha de conscientização para que os servidores e colaboradores apaguem as luzes das salas e desliguem monitores com a finalidade de economia de energia das edificações.	ODS 4 / 12
11	**Sensores de Movimento**	Instalação de sensores nas escadas para economia de energia ao detectar movimento.	ODS 12
12	**Iluminação de LED**	Substituição de lâmpadas tradicionais por LED para melhorar a eficiência energética.	ODS 12
13	**Instalação de aparelhos de Ar-condicionado Split**	Troca dos aparelhos de ar-condicionado de janela por modelos Split mais novos e mais eficientes energeticamente.	ODS 12
14	**Limpeza de Filtros (ar-condicionado)**	Atualização do contrato de manutenção de aparelhos de ar condicionado, destacando a troca constante dos filtros melhorando a qualidade do ar e a redução do consumo de energia.	ODS 12
15	**Projeto Esplanada Sustentável**	Adesão ao projeto de sustentabilidade mais amplo, no âmbito da Esplanada dos Ministérios.	ODS 12
16	**Responsabilidade Social: Conservação de acervos**	Promoção da responsabilidade social por meio da higienização e pequenos reparos de obras raras da biblioteca do Ministério, por da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.	ODS 10
17	**Projeto Qualidade de Vida, denominado Movimenta MJSP: Jiu-Jitsu, Meditação dança e Muay Thai**	Promoção de ações voltadas à qualidade de vida dos servidores e colaboradores, com atividades físicas e de promoção à saúde mental, como aulas de Jiu-Jitsu, outras lutas, dança, meditação, teatro, etc.	ODS 16
18	**Projeto Papo de Mulher**	Projeto voltado a reunir e dar voz as servidoras e colaboradoras mulheres do MJSP. Acontece uma vez por mês.	ODS 16
19	**Projeto Biblioteca**	Espaço destinado a troca de livros	ODS 11, 12

	Compartilhada	doados pelos próprios servidores, a fim de incentivar a leitura, a interação e convívio social.	e 16
20	**Projeto Natal Solidário**	Projeto desenvolvido em 2024 para que os servidores possam praticar a responsabilidade social. O projeto objetiva beneficiar crianças ligadas as cooperativas de catadores que atuam no MJSP com a Coleta Seletiva.	ODS 16
21	**Projeto Engraxate Nacional**	Projeto voltado a apoiar a profissão de engraxate, a capacitação de profissionais ligados a comunidades de baixa renda, formentando a responsabilidade social e a qualidade de vida dos servidores e colaborados do MJSP.	ODS 16
22	**Criação de espaço de Coworking 360º no MJSP**	Implantação de espaço colaborativo e multifuncional destinado ao estímulo ao trabalho remoto e híbrido, à otimização da ocupação dos espaços físicos e à redução do uso de recursos materiais, promovendo maior produtividade, integração entre equipes e práticas institucionais sustentáveis.	ODS 12
23	**Implementar monitoramento do consumo de energia**	Implementar ferramenta para monitoramento de energia elétrica nas unidades do MJSP	ODS 7
24	**Implementar monitoramento do consumo de água**	Implementar ferramenta para monitoramento contínuo do consumo de água nas unidades do MJSP	ODS 6
25	**Promover Campanha de Conscientização sobre a Sustentabilidade**	Promover Campanha Anual de Conscientização sobre a Sustentabilidade contemplando 6 ações	ODS 4 / 12
26	**Promover evento de Capacitação sobre Sustentabilidade (Meio Ambiente ou Consumo Consciente)**	Promover Evento de Capacitação sobre o Meio Ambiente (05/06) ou sobre o Consumo Consciente (15/10) anualmente	ODS 4 / 12
27	**Reduzir o consumo de papel no MJSP**	Reduzir em 2% o consumo de papel no MJSP por ano até 2027	ODS 12
28	**Restaurar os Jardins de Burle Marx do Palácio da Justiça**	Licitar e Executar Projeto de Restauração e Obras dos Jardins de Burle Marx do Palácio da Justiça e implementar rotinas de manutenção sustentáveis	ODS 11
29	**Promover campanhas de**	Promover campanhas de	ODS 9 / 11

	conscientização para utilização de transportes sustentáveis	conscientização sobre a utilização do MobGov e o Bicicletário (Transporte Sustentável) pelos servidores	
30	**Fomentar compras compartilhadas e aumentar em 5% ao ano**	Fomentar compras compartilhadas e aumentar a quantidade de processos compartilhados entre as unidades licitantes do MJSP em 5% por ano até 2028	ODS 17
31	**Reduzir a quantidade de impressões no MJSP em 2% ao ano**	Monitorar impressoras, promover digitalização e contratar equipamentos com foco em economia	ODS 12
32	**Implementar coleta seletiva nas unidades do MJSP**	Implementar coleta seletiva nas unidades do MJSP com campanhas de conscientização e monitoramento	ODS 12
33	**Monitorar a implementação de cláusulas sociais nas contratações do MJSP**	Implementar Painel de Monitoramento de cláusulas sociais nas contratações de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra do MJSP	ODS 16
34	**Implementar o Plano de Ação de Acessibilidade do MJSP**	Implementar 80% do Plano de Ação de Acessibilidade do MJSP até 2028	ODS 10 / 5
35	**Promover teletrabalho**	Promover teletrabalho como estratégia sustentável	ODS 8
36	**Modernização do sistema de climatização central do Palácio da Justiça**	Instalação de dois novos equipamentos do tipo chiller a água, solução indicada para edificações de grande porte, com maior eficiência energética. A tecnologia utiliza água como meio de dissipação de calor, cuja capacidade térmica é superior à do ar, contribuindo para um melhor conforto térmico dos usuários e redução do consumo energético global do sistema, observadas as medidas de controle e uso racional de recursos hídricos.	ODS 7 / 12

Objetivos, metas, ações, indicadores e resposáveis

Este item apresenta exclusivamente as ações em execução ou em fase de implementação no período de vigência do PLS-MJSP. As ações já concluídas, embora consideradas no diagnóstico, não foram reproduzidas por não demandarem acompanhamento no ciclo vigente.

ID	**23**
Eixo	Eixo 1 - Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços
Sub-Eixo	Racionalização do consumo de água e energia
Diretriz	Adotar soluções tecnológicas (como o uso de plataformas digitais e ferramentas de monitoramento) para mensurar o desempenho ambiental e econômico das ações do PLS na SAA.
Objetivo	Aprimorar o controle e monitoramento de energia elétrica visando eficiência energética
Ação	**Implementar ferramenta para monitoramento de energia elétrica nas unidades do MJSP**
Meta	Até 31/12/2026, implementar ferramenta automatizada para monitoramento contínuo de energia elétrica nas edificações do MJSP
Indicador	100% das faturas monitoradas
Detalhamento do Indicador	100% das faturas monitorada para consubstanciar relatórios mensais
Unidade de Medida	Energia: kWh Quantidade de Faturas Quantidade de Edificações
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia (CGAE)
Prazo Inicial	10/01/2026
Prazo Final	31/12/2026
Recursos Necessários	Pessoal próprio/terceirizado, plataforma digital.
Risco Alto	Não identificado
Risco Médio/Baixo	Problemas de coordenação ou falhas na integração entre unidades e equipes

ID	**24**
Eixo	Eixo 1 - Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços
Sub-Eixo	Práticas de redução de consumo de água e energia
Diretriz	Adotar soluções tecnológicas (como o uso de plataformas digitais e ferramentas de monitoramento) para mensurar o desempenho ambiental e econômico das ações do PLS na SAA.
Objetivo	Aprimorar monitoramento e gestão do consumo de água visando a eficiência do consumo
Ação	**Implementar ferramenta para monitoramento contínuo do consumo de água nas unidades do MJSP**
Meta	Até 31/12/2026, implementar ferramenta automatizada para monitoramento contínuo de água nas edificações do MJSP
Indicador	100% das faturas monitoradas

Detalhamento do Indicador	100% das faturas monitorada para consubstanciar relatórios mensais
Unidade de Medida	Energia: m³ Quantidade de Faturas Quantidade de Edificações
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia (CGAE)
Prazo Inicial	10/01/2026
Prazo Final	31/12/2026
Recursos Necessários	Pessoal próprio/terceirizado, plataforma digital.
Risco Alto	Não identificado
Risco Médio/Baixo	Problemas de coordenação ou falhas na integração entre unidades e equipes

ID	**25**
Eixo	Eixo 6 – Divulgação, Conscientização e Capacitação
Sub-Eixo	Campanhas de Divulgação e Conscientização
Diretriz	Estimular o desenvolvimento de ações de sensibilização, capacitação e comunicação interna, visando ampliar o engajamento dos servidores nas iniciativas de sustentabilidade.
Objetivo	Fortalecer a cultura organizacional voltada à sustentabilidade
Ação	**Promover Campanha Anual de Conscientização sobre a Sustentabilidade contemplando**
Meta	Veicular Campanha anual sobre Sustentabilidade e realizar evento no órgão
Indicador	6 Chamadas sobre Sustentabilidade – Campanha de Conscientização Interna.
Detalhamento do Indicador	Quantidade de Campanhas
Unidade de Medida	Campanha
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e CGDS
Prazo Inicial	01/08/2026
Prazo Final	30/06/2029
Recursos Necessários	Equipe interna, materiais de campanha, plataforma de capacitação institucional
Risco Alto	Baixa adesão dos colaboradores
Risco Médio/Baixo	Falha na comunicação das metas e resultados

ID	**26**
Eixo	Eixo 6 – Divulgação, Conscientização e Capacitação
Sub-Eixo	Eventos de Capacitação
Diretriz	Estimular o desenvolvimento de ações de sensibilização, capacitação e comunicação interna, visando ampliar o engajamento dos servidores nas iniciativas de sustentabilidade.
Objetivo	Fortalecer a cultura organizacional voltada à sustentabilidade
Ação	**Promover Evento de Capacitação sobre o Meio Ambiente (05/06) ou sobre o Consumo Consciente (15/10) anualmente**

Meta	Promover realizar evento sobre o Meio Ambiente (05/06) ou sobre o Consumo Consciente (15/10) anualmente no órgão
Indicador	Evento realizado
Detalhamento do Indicador	Evento realizado
Unidade de Medida	Evento
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e CGDS
Prazo Inicial	01/08/2026
Prazo Final	30/06/2029
Recursos Necessários	Equipe interna, materiais de campanha, plataforma de capacitação institucional
Risco Alto	Baixa adesão dos colaboradores
Risco Médio/Baixo	Falha na comunicação das metas e resultados

ID	**27**
Eixo	Eixo 1 - Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços
Sub-Eixo	Racionalização do Consumo de Material
Diretriz	Promover ações para redução do consumo de recursos (papel, água, energia, etc), com base em campanhas educativas, revisões de contratos e ajustes operacionais.
Objetivo	Reduzir o consumo de papel no âmbito do MJSP
Ação	**Reduzir o consumo de papel no MJSP**
Meta	Reduzir em 2% o consumo de papel no MJSP por ano até 2028
Indicador	2% de redução ano de consumo de papel
Detalhamento do Indicador	Quantidade de Resma utilizada no ano / Quantidade de resma utilizada no ano anterior * 100
Unidade de Medida	Resma de papel
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais (CGDS)
Prazo Inicial	08/01/2024
Prazo Final	30/06/2029
Recursos Necessários	Pessoal próprio/terceirizado, plataforma digital.
Risco Alto	Resistência dos servidores à mudança de hábitos
Risco Médio/Baixo	Equívocos nos registros de consumo / Resistência dos usuários

ID	**28**
Eixo	Eixo 2 - Racionalização da ocupação dos espaços físicos
Sub-Eixo	Práticas para redução de impacto ambiental
Diretriz	Promover ações para redução do consumo de recursos (papel, água, energia, etc.), com base em campanhas educativas, revisões de contratos, ajustes operacionais e soluções tecnológicas.
Objetivo	Restaurar os Jardins de Burle Marx e implementar rotinas de manutenção sustentáveis.

Ação	**Licitar e Executar Projeto de Restauração e Obras dos Jardins de Burle Marx do Palácio da Justiça e implementar rotinas de manutenção sustentáveis**
Meta	Restaurar os Jardins de Burle Marx do Palácio da Justiça e implementar rotinas de manutenção sustentáveis até 30/06/2029
Indicador	Jardins de Burle Marx restaurado com rotinas de manutenção sustentáveis implementadas
Detalhamento do Indicador	Processos licitatórios e execução das obras monitoradas
Unidade de Medida	Cronograma
Unidade Responsável	CGDS e Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia (CGAE)
Prazo Inicial	12/09/2024
Prazo Final	30/06/2029
Recursos Necessários	Pessoal próprio/empresa especializada em paisagismo, obras de intervenção e manutenção de jardins; equipe de fiscalização; orçamento.
Risco Alto	Licitação fracassada; contingenciamento orçamentário;
Risco Médio/Baixo	Manutenção inadequada, falhas contratuais.

ID	**29**
Eixo	Eixo 6 – Divulgação, Conscientização e Capacitação
Sub-Eixo	Práticas para redução de impacto ambiental
Diretriz	Estimular o desenvolvimento de ações de sensibilização, capacitação e comunicação interna, visando ampliar o engajamento dos servidores nas iniciativas de sustentabilidade.
Objetivo	Estimular mobilidade sustentável e compartilhada entre os servidores
Ação	**Promover campanhas de conscientização sobre a utilização do MobGov e o Bicicletário (Transporte Sustentável) pelos servidores**
Meta	Promover 4 campanhas por ano sobre o MobGov e o Bicicletário (Transporte Sustentável)
Indicador	100% da meta atingida
Detalhamento do Indicador	4 (Quantidade de Campanhas produzidas) / 4 (Quantidade de campanhas previstas) *100 = 100% da meta
Unidade de Medida	% de Campanhas realizadas
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais (CGDS)
Prazo Inicial	30/06/2024
Prazo Final	30/06/2029
Recursos Necessários	Equipe de comunicação, suporte técnico da plataforma MobGov, parcerias institucionais
Risco Alto	Resistência dos servidores à mudança de hábitos de deslocamento
Risco Médio/Baixo	Falha na comunicação institucional / dados desatualizados na plataforma

ID	**30**
Eixo	Eixo 5 - Inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas
Sub-Eixo	Práticas inovadoras

Diretriz	Integrar os instrumentos de planejamento da SAA (como PCA, ETPs e planejamento de contratações) às diretrizes e metas do PLS, fortalecendo a transversalidade das ações sustentáveis.
Objetivo	Fortalecer práticas de compras compartilhadas, promovendo economia e eficiência
Ação	**Fomentar compras compartilhadas e aumentar a quantidade de processos compartilhados entre as unidades licitantes do MJSP em 5% por ano até 2028**
Meta	Aumentar a quantidade de processos compartilhados entre as unidades licitantes do MJSP em 5% por ano até 20278
Indicador	5% de aumento nos Processos de Contratações Compartilhadas por ano até 2028
Detalhamento do Indicador	(Total de Processos de compras Compartilhadas do ano anterior / Total dos processos de compras compartilhadas do ano contabilizado – 1) *100, cujo resultado deve ser no mínimo 5%.
Unidade de Medida	Processos de compras compartilhadas
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Licitações e Contratos (CGL)
Prazo Inicial	30/11/2024
Prazo Final	31/12/2028
Recursos Necessários	Recursos humanos da CGLC e da SAA / suporte tecnológico para integração de dados
Risco Alto	Inadequação no gerenciamento integrado das compras compartilhadas
Risco Médio/Baixo	Baixa adesão das unidades / Falta de padronização de objetos e especificações

ID	**31**
Eixo	Eixo 1 - Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços
Sub-Eixo	Otimização do uso de recursos de TI para sustentabilidade
Diretriz	Incentivar a adoção de critérios de sustentabilidade nas compras públicas, com ênfase em materiais sustentáveis, produtos reciclados e serviços ambientalmente responsáveis, e com logística reversa.
Objetivo	Reduzir a quantidade de folhas impressas
Ação	**Monitorar impressoras, promover digitalização e contratar equipamentos com foco em economia**
Meta	Reduzir 2% ao ano o número de páginas impressas até dez/2028
Indicador	100% da meta atingida (2% de redução por ano até 2027)
Detalhamento do Indicador	(Nº absoluto de páginas impressas no ano anterior / Nº absoluto de páginas impressas no ano calculado – 1) * 100, cujo resultado deve ser no mínimo 2%.
Unidade de Medida	Páginas impressas (unidade absoluta e % de variação)
Unidade Responsável	Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI)
Prazo Inicial	30/11/2024
Prazo Final	31/12/2028
Recursos Necessários	Plataforma de gestão de impressão / Equipe técnica / Ferramentas digitais (SEI, e-SIC, formulários Google/MS Forms)
Risco Alto	Resistência à substituição do papel por meios digitais
Risco Médio/Baixo	Baixa adesão à digitalização / falhas de integração entre sistemas

ID	**32**

Eixo	Eixo 1 - Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços
Sub-Eixo	Práticas para redução de impacto ambiental
Diretriz	Valorizar ações que promovam inclusão social, como a reserva de oportunidades para públicos vulneráveis e a contratação de cooperativas de catadores, dentre outras.
Objetivo	Consolidar coleta seletiva com segregação adequada de resíduos recicláveis e orgânicos
Ação	**Implementar coleta seletiva nas unidades do MJSP com campanhas de conscientização e monitoramento**
Meta	Distribuir coletores seletivos em 100% dos ambientes até jun/2027
Indicador	100% de coletores distribuídos e coleta seletiva implementada
Detalhamento do Indicador	Nº de pontos com coletores em relação ao total de ambientes com fluxo significativo
Unidade de Medida	Quantidade de coletores distribuídos / 100% de pontos de coleta
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais (CGDS)
Prazo Inicial	30/11/2024
Prazo Final	30/07/2027
Recursos Necessários	Coletores, balanças, materiais gráficos, equipe técnica/terceirizada, integração com cooperativas
Risco Alto	Resistência dos funcionários à mudança de hábitos
Risco Médio/Baixo	Falha na comunicação das metas / ausência de manutenção nos pontos de coleta

ID	**33**
Eixo	Eixo 5: Inclusão de negócios de impacto nas contratações públicas
Sub-Eixo	Fomento a Contratações com Responsabilidade Socio-Ambiental
Diretriz	Valorizar ações que promovam inclusão social, como acessibilidade, reserva de oportunidades para públicos vulneráveis e a contratação de cooperativas de catadores, dentre outras.
Objetivo	Implementar e monitorar o cumprimento de cláusulas sociais que promovam sustentabilidade social nas contratações
Ação	**Implementar Painel de Monitoramento de cláusulas sociais nas contratações de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra do MJSP**
Meta	Conceder transparência a implementação das ações destinadas a cumprir a legislação sobre inclusão e ações afirmativas nos contratos administrativos do MJSP
Indicador	Implementar Painel de Monitoramento até junho/2027
Detalhamento do Indicador	**100% do Painel de Monitoramento de cláusulas sociais nas contratações de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra implementado**
Unidade de Medida	Painel implementado
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais (CGDS); CGL; SAA
Prazo Inicial	08/01/2026
Prazo Final	30/06/2027
Recursos Necessários	Equipe técnica, canais de comunicação interna
Risco Alto	Não identificado

Risco Médio/Baixo	Dificuldade de articulação com setores finalísticos / resistência de fornecedores Problemas de coordenação ou falhas na integração entre unidades e equipes

ID	**34**
Eixo	Eixo 2 – Racionalização da ocupação dos espaços físicos
Sub-Eixo	Ações de Acessibilidade e Inclusão
Diretriz	Valorizar ações que promovam inclusão social, como acessibilidade, reserva de oportunidades para públicos vulneráveis e a contratação de cooperativas de catadores, dentre outras.
Objetivo	Promover adequações de acessibilidade nos edifícios do MJSP
Ação	**Implementar o Plano de Ação de Acessibilidade do MJSP**
Meta	**Implementar 80% do Plano de Ação de Acessibilidade do MJSP até 31/12/2027**
Indicador	80% do Plano implementado
Detalhamento do Indicador	80% do Plano implementado / 100% do Plano projetado
Unidade de Medida	% do Plano de Acessibilidade
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia (CGAE)
Prazo Inicial	01/10/2024
Prazo Final	31/12/2027
Recursos Necessários	Equipe própria/terceirizada, materiais de acessibilidade, sinalização adaptada, apoio técnico; serviços de manutenção predial.
Risco Alto	Restrição orçamentária; Impossibilidade de intervenções devido ao tombamento das edificações.
Risco Médio/Baixo	Indisponibilidade de equipe técnica; falta de acompanhamento; dificuldade para priorização, etc.

ID	**35**
Eixo	Eixo 2 – Racionalização da ocupação dos espaços físicos
Sub-Eixo	Práticas otimizadas para ocupação dos espaços físicos
Diretriz	Estimular o desenvolvimento de ações de sensibilização, capacitação e comunicação interna, visando ampliar o engajamento dos servidores nas iniciativas de sustentabilidade.
Objetivo	Priorizar trabalho remoto para melhorar produtividade e reduzir uso de recursos físicos
Ação	**Promover teletrabalho como estratégia sustentável**
Meta	Ter ao menos 25% dos servidores elegíveis em teletrabalho até 31/12/2027
Indicador	25% de servidores em regime de teletrabalho
Detalhamento do Indicador	Mede proporção de servidores com atividades compatíveis que aderiram formalmente ao teletrabalho / Quantidade de servidores do MJSP
Unidade de Medida	Percentual de servidores em teletrabalho
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)
Prazo Inicial	30/11/2024
Prazo Final	31/12/2028
Recursos Necessários	Recursos humanos e tecnológicos (TI, mobiliário, plataforma do Programa de Gestão)

Risco Alto	Baixa adesão de gestores e colaboradores ao teletrabalho
Risco Médio/Baixo	Indisponibilidade de equipe técnica suficiente para finalização dos DFTs; falta de acompanhamento dos Planos pelos Gestores; Baixa Adesão pelos gestores, etc

ID	**36**
Eixo	Eixo 2 – Racionalização da ocupação dos espaços físicos
Sub-Eixo	Eficiência energética e modernização de infraestrutura predial
Diretriz	Adotar soluções tecnológicas e de engenharia que promovam a sustentabilidade ambiental das edificações, o uso racional de recursos naturais e a melhoria das condições de conforto térmico e ambiental no âmbito do MJSP
Objetivo	Modernizar o sistema de climatização central do Palácio da Justiça, visando à melhoria do conforto térmico dos usuários e à adoção de solução tecnicamente mais sustentável para edificações de grande porte
Ação	**Instalar dois novos equipamentos de climatização do tipo *chiller a água* no sistema central do Palácio da Justiça**
Meta	Implantar dois novos *chillers a água* no sistema de climatização central do Palácio da Justiça, substituindo ou complementando os equipamentos existentes
Indicador	Melhoria do conforto térmico e da eficiência ambiental do sistema de climatização central
Detalhamento do Indicador	Avaliação do conforto térmico dos ambientes por meio de pesquisa de satisfação dos usuários internos, associada ao acompanhamento do comportamento do consumo de energia elétrica do sistema de climatização antes e após a implantação dos novos equipamentos, com vistas à verificação da eficiência ambiental da solução adotada.
Unidade de Medida	Resultado da pesquisa de satisfação dos usuários Registros de consumo de energia elétrica em kWh
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia (CGAE)
Prazo Inicial	01/01/2026
Prazo Final	31/12/2027
Recursos Necessários	Equipe técnica própria e/ou empresa especializada, projetos de engenharia, aquisição de equipamentos, serviços de instalação e adequações técnicas, recursos orçamentários
Risco Alto	Não identificado
Risco Médio/Baixo	Atrasos na execução contratual, dificuldades técnicas de integração ao sistema existente ou necessidade de ajustes operacionais durante a implantação